

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

ATIVO	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016
Circulante	113.129.905,71	Circulante	111.891.158,94
Caixa e Equivalentes de Caixa	112.552.092,77	Fornecedores	267.797,94
Contas a Receber de Clientes	113.270,99	Provisão para Contingências	222.745,29
Outras Contas a Receber	224.951,95	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.361.200,34
Empréstimos ADM para Projetos	239.590,00	Obrigações Fiscais	7.846,78
		Convênios a Realizar	109.031.568,59
Não Circulante	2.153.684,81	Não Circulante	0,00
Impostos a Recuperar	2.129.129,79		
Investimento BVA	0,00	Patrimônio Social	3.392.431,58
Imobilizado Líquido	24.555,02	Patrimônio Social	10.000,00
		Fundos Patrimoniais	685.512,68
		Fundo de Reservas – Provisão para Rescisão	3.660.575,77
		Superávit/Déficit do Exercício	(963.656,87)
Imobilizado de Projetos	9.732.608,48	Bens Terceiros em nosso poder	9.732.608,48
Total do Ativo	125.016.199,00	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	125.016.199,00

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

(em reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2016
Receita Bruta de Serviços	14.619.483,67
Deduções da Receita	
Impostos s/ Receitas	(391.968,44)
Receita Líquida	14.227.515,23
Custo dos Serviços Prestados	(10.431.830,40)
Superávit Bruto	3.795.684,83
Receitas e Despesas Operacionais	(4.759.341,70)
(-) Gerais e Administrativas	(5.376.916,40)
(+) Financeiras Líquidas	619.874,70
(-) Outras Despesas Operacionais	(2.300,00)
Déficit do Exercício	(963.656,87)

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1) Constituição e Objeto Social

A Facti - Fundação de apoio à capacitação em Tecnologia da Informação, constituída em 18 de setembro de 1998, com a personalidade jurídica de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, é dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, com sede e foro à Rodovia D. Pedro I, km 143,6 – bairro Jardim Santa Mônica, em Campinas – SP.

A finalidade primordial de seu objeto é:

Realizar atividades de pesquisa, desenvolvimento, estudos, qualificação e certificação de produtos e processos, aprimoramento, aplicação e transferência de tecnologias, processos, produtos e serviços;

Apoiar e complementar o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI (Unidade do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Cultura– MCTIC);

Tornar acessíveis ao CTI serviços e recursos que lhe favoreçam o acesso ao mercado e à execução de suas ações;

Apoiar a capacitação de recursos humanos, promovendo e realizando cursos, treinamentos, seminários, congressos e eventos similares, concedendo bolsas, prêmios e auxílios associados à participação em atividades de pesquisa, desenvolvimento e formação.

2) Certificados e Credenciamentos

A Facti possui certificados e credenciamentos, conforme descrito abaixo:

a) Credenciamento junto ao Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI, através da Resolução CATI nº 045, de 12 de dezembro de 2003.

b) Certificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com base na Lei 9790/99.

c) Certificado de Credenciamento de Isenção dos Impostos Federais nas importações, junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq com base na Lei 8010/90.

d) Credenciamento junto ao MEC como Fundação de Apoio ao CTI – Renato Archer conforme Portaria Conjunta nº 74 de 19/09/2016 – Processo nº 23000.002106/2015-38.

3) Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas, de acordo com as seguintes práticas contábeis conforme Resolução CFC nº 1.409/12 ITG 2002 e Leis 6.404/76 e 11.638/07:

a) As receitas e os custos são reconhecidos, de acordo com o regime de competência do exercício;

b) As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido das receitas auferidas até a data do balanço, sendo que o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2016 é de: R\$ 112.026.678,92;

e) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com bases em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária.

4) Imobilizado (Valor R\$)

Máquinas e Equipamentos	13.578,87
Computadores e Periféricos	60.849,26
Móveis e Utensílios	10.714,00
Veículo	31.595,76
(-) Depreciação acumulada	(92.182,87)
(=) Total do Ativo Imobilizado	24.555,02

5) Obrigações Fiscais e Trabalhistas (Valor R\$)

Obrigações Fiscais	7.846,78
Obrigações Trabalhistas	2.361.200,34
Soma	2.369.047,12

6) Fundo de Reserva (Valor R\$)

Provisão para Rescisão dos Funcionários	3.660.575,77
---	--------------

7) Convênios a Realizar (FINEP e CTI)

Em 2016 a Facti possuía 9 (nove) Convênios de Cooperação Técnica e Científica em andamento. E.V. = Encomenda Vertical, E.T. = Encomenda Transversal, C.P = Consulta Pública, E = Encomenda:, C.C.C = Contrato de Cessão Colaboração, S.P = Seleção Pública.

Convênio N°	Objeto	Valor R\$
CITAR	E.T. Desenvolvimento de CI's tolerantes à radiação."	16.272.963,08
PLATIOT/CPQD	E.T. Plataforma aberta de tecnologia para internet das coisas e suas aplicações	5.000.862,00
DTITA	E.V. Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Tecnologia Assistiva no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer.	8.279.784,48

EMPAVAN	E.T. Desenvolvimento de Tecnologias para empacotamento de sistemas eletrônicos avançados.	4.423.935,12
INFRA-CTI	E.T. Complementação da implantação do Parque Tecnológico CTI Tec e da ampliação física da área laboratorial do CTI.	4.600.000,00
SIBRACIBR	E.T. Gerenciamento da Rede de Microeletrônica e supervisão dos projetos de dispositivos micro=eletrônicos.	661.182,00
SIBRATEC DAPE	Encomenda – Sibratec – Dape – Rede de Produtos e Dispositivos Eletrônicos.	6.861.569,54
LI MICRO	C.P. Laboratório de imageamento para Micro/Nano eletrônica e Tecnologia ED	1.861.185,00
NGINOVA	S.P. Inovações Tecnológicas e Infraestrutura para apoiar a Distribuição de Serviços da Internet de Banda Larga	1.911.180,00

8) Contratos a Realizar

Em 2016, a Facti firmou Contratos de Prestação de Serviços em pesquisas e desenvolvimento, nas áreas de Eletrônica e Tecnologia da Informação:

Contratante	Valor R\$
Contratos verba TSE (tse4) DSSI/SLTI	5.987.899,83
Contratos com o CTI (RDA/CERTICS)	18.250.000,00
FIPT CONSULT - IPT	645.990,00
OKI BRASIL	3.297.796,18
IMA	242.055,00
Contratos verba ANELL	515.445,65
Rematronic – BNDES e contrapartida financeira e não financeira	7.957.188,23

9) Outras Considerações

Para atender ao art. 10, item I do Estatuto Social, a Facti contratou a prestação de serviços de Auditoria Externa e Independente, da Empresa Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda. O Relatório dos Auditores Independentes é apresentado abaixo.

Alexandre Cândido Paulo
Secretário Executivo
CPF 253.374.488-38

Terezinha de F L de Carvalho
Cont. - CRC 1 SP 190054/O-0
CPF 189.071.806-87

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À

FACTI - Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação

A/C: Administradores

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação - FACTI (entidade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra

forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas 03 de maio de 2017.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Marcos Francisco Rodrigues Sousa

Contador - CRC 1SP167515/O-0
Consulcamp Auditoria e Assessoria
CRC 2SP010626/O-4